



Sindsep participa de Curso de Formação de Formadores da Escola Nordeste da CUT

O Sindsep participou por meio de Joanilde Pires Pereira (Secretaria de Comunicação) e Elizabeth de Assis Nascimento (Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças), do Curso de Formação de Formadores da Escola Nordeste de Formação da CUT.

O evento aconteceu em Recife, entre os dias 07 e 09 de agosto, com a temática "Negociação Coletiva".

O Maranhão e Pernambuco realizaram a mística de abertura do evento, e em se-

guida houve a leitura do texto Negociação Coletiva, e então dividiu-se os grupos por Estados para logo depois responderem à pergunta: Desafios e potencialidades da negociação coletiva dos sindicatos no momento atual.

Nos outros dias foram discutidas a proposição do papel dos sindicatos nas negociações coletivas, as deficiências da luta sindical e a apresentação da atividade do módulo anterior "Negociação coletiva e Planejamento para 2024".

Sindsep realiza reunião com Coren sobre ACT 2024/2025

Sindsep/MA reúne com direção do Coren em mais uma rodada de negociações para tratar do Acordo Coletivo dos Trabalhadores (ACT) da autarquia federal. Após as discussões de hoje, e o acréscimo de algumas cláusulas sociais, o ACT 2024/2025 deve ser assinado na reunião que acontecerá na próxima segunda-feira, 19, entre o Sindicato e a direção do Coren.



Povos Indígenas reafirmam a luta contra o Marco Temporal

Na sexta-feira, 9, Dia Internacional dos Povos Indígenas, a retomada do debate que estava na ordem do dia e reforçar a luta incansável contra o Marco Temporal (Lei 14.701/23). No início dessa semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma reunião da Câmara de Conciliação que debate a constitucionalidade dessa lei que contraria o disposto na Constituição Federal brasileira e a posição adotada pelo STF no julgamento definitivo do tema, em setembro de 2023. Ainda esse mês, no dia 28, uma nova reunião de conciliação deve acontecer.

Reafirmamos nosso total e irrestrito apoio aos movimentos indígenas no País, em defesa de seus direitos territoriais, que não dependem da adoção de qualquer critério de tempo para serem devidamente reconhecidos pelo Estado brasileiro e por todos os segmentos da nossa sociedade. Não por acaso, uma das bandeiras do movimento contra o Marco Temporal diz "Nosso marco é ancestral. Sempre estivemos aqui".

Para a Condesef/Fenadsef, o Sindsep-DF e todas as suas demais entidades filiadas, os direitos dos povos indígenas não são negociáveis. Não existe, portanto, conciliação nem acordo possível entre os detentores de um direito fundamental e aqueles que o violam.

Reforçamos que a defesa da democracia passa pelo enfrentamento de todos os entraves políticos e institucionais existentes para que os direitos de todos os segmentos sociais sejam levados em conta, em especial os direitos territoriais dos povos originários, que correspondem a uma parcela significativamente vulnerável da população, vítima de intensos processos de genocídio documentados ao longo da história.

Condesef/Fenadsef



CUT lança Carta Compromisso para que candidatos defendam a pauta dos trabalhadores

Com oito pontos que abrangem direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada e de servidores e servidoras públicos, a CUT lançou uma “Carta Compromisso” direcionada aos candidatos e candidatas a vereadores e prefeitos para as próximas eleições, que serão realizadas em outubro deste ano. No texto a ser assinado pelos candidatos e/ou candidatas estão os oito compromissos que compreendem desde geração de emprego e renda como a valorização dos servidores públicos a coibir assédios, entre outros. Veja abaixo.

A presidenta interina da CUT Nacional, Juvandia Moreira, ressalta a necessidade de que os trabalhadores e dirigentes sindicais votem em quem tem compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas e em ações que gerem emprego e renda visando o bem-estar da população. Ela defende ainda a participação da entidade nos debates que interessam à toda a sociedade, especialmente aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Segundo ela, essas propostas precisam ser divulgadas e implementadas pelos governos federal, estadual e municipal e, foi o que ocorreu em 2022, após a plataforma da classe trabalhadora ser entregue pela CUT ao presidente Lula que, inclusive, já implementou vários pontos da proposta.

“É preciso fazer esse debate em todos os fóruns possíveis. As eleições são um espaço importantíssimo. Quando nós, quando da eleição do governo federal, discutimos com o presidente Lula a importância da política de valoriza-

ção do salário mínimo, o reajuste salarial do servidor público, a ampliação da isenção do imposto de renda e a retomada Ministério do Trabalho. Tudo isso foi discutido na campanha eleitoral, para que o trabalho tenha uma centralidade”, conta Juvandia.

A dirigente destaca o papel do servidor público para a sociedade e sobre a necessidade de valorização da categoria, principalmente nos municípios em que há servidores ganhando salários muito baixos, em condições de trabalho precarizadas.

“É preciso ter uma mesa permanente de negociação, que haja o diálogo com a representação sindical para olhar para a carreira do servidor, para as carreiras que estão prejudicadas, os serviços que estão parados por falta de funcionário, como atender bem a população. Então, tem vários dos nossos pontos da nossa pauta nessas eleições municipais”, afirma.

Outro ponto que precisa de atenção nessas eleições, segundo Juvandia, é a qualidade de vida das pessoas e como elas são acolhidas, afinal é nos municípios que elas vivem, seja o trabalhador da ativa, seja o aposentado.

“Nós temos uma série de políticas públicas que passam pelo município e temos trabalhadores nesses municípios. Eles precisam ser recebidos. O agricultor familiar, que é base da representação nossa, precisa ter política pública para que consiga produzir na terra dele, escoar essa produção, e essa produção de alimentos chegue barata na mesa de outro trabalhador”, afirma.

Compromissos defendidos pela CUT

1. Implementar as diretrizes e regras da [Convenção 151 da OIT](#), assegurando o direito efetivo de negociação coletiva às entidades sindicais representativas dos servidores e das servidoras municipais, bem como dos trabalhadores e das trabalhadoras das empresas públicas e autarquias eventualmente existentes no município, visando assegurar condições de trabalho e remuneração decentes.
2. Realizar [concursos](#) em todas as áreas.
3. Criar instrumentos eficazes para coibir práticas de [assédio moral, sexual e discriminações](#) de gênero, racial, de orientação sexual e capacitistas.
4. Cumprir com as obrigações previdenciárias a fim de garantir a segurança dos servidores e servidoras na aposentadoria.
5. Estabelecer e manter permanente diálogo social com entidades representativas dos servidores e das servidoras municipais, de trabalhadores e trabalhadoras de empresas públicas e autarquias, inclusive de empresas terceirizadas, quando estas não respeitarem os direitos trabalhistas e previdenciários.
6. Respeitar e assegurar condições objetivas para o [exercício das atividades sindicais](#) aos e às dirigentes, assegurando as liberações solicitadas, a garantia de emprego, bem como o acesso aos locais de trabalho.
7. Implementar programas de qualificação e atualização profissional, voltados a atender as necessidades dos servidores e das servidoras em face do impacto das transformações tecnológicas, dentre elas o uso da Inteligência Artificial.
8. Desenvolver iniciativas políticas de industrialização para gerar empregos decentes e renda no município.

Fonte: cut.org.br